

## ABERTURA

### ■ Sérgio Varella Bruna

Eu gostaria de dar as boas-vindas a todos, às autoridades presentes e aos nossos convidados, e agradecer a disposição de todos em virem aqui falar um pouco a nós.

Esta é a XI edição do nosso Seminário, que pode ser considerado, na minha opinião – e acho que na opinião geral – como um grande sucesso. Nós temos hoje cerca de 180 participantes inscritos, quer dizer, estamos no limiar do que é possível acomodar nesta sala. Certamente, nos momentos em que houver maior presença, poderá haver um maior desconforto, por isso nós pedimos desculpas, mas tentaremos proporcionar a todos boas condições para participar do evento e dar também a sua contribuição.

O sucesso deste Seminário é reflexo de um instituto que é já uma instituição consolidada. E é consolidada em função do trabalho daqueles que o fundaram e que criaram condições para que eventos como este pudessem ocorrer e se repetir.

O Ibrac é também uma instituição da nossa comunidade, a comunidade daqueles que vivem os temas do direito da concorrência, da defesa do consumidor e do comércio internacional. Por isso é importante que esta comunidade participe do Ibrac, que traga ao Instituto a sua disposição de trabalho, suas preocupações e contribuições. É papel do Instituto criar condições para que a comunidade tenha oportunidade de participar.

Então, esse é o grande desafio que eu imagino exista hoje para a diretoria e o conselho do Ibrac: criar condições para que a comunidade, em última instância nós que militamos na área e que nos interessamos pelo estudo desses temas tenhamos condições de dar uma contribuição, de fomentar e participar do debate das grandes questões que existem nas áreas de interesse no Ibrac.

A existência do Ibrac hoje se deve a um processo de consolidação, e acho que daqui em diante nós devemos incrementar a oportunidade de par-

participação. Por isso eu gostaria de terminar a minha fala abrindo o Seminário e convidando a todos a participar do Ibrac. Nossa disposição é efetivamente de criar condições para que isso aconteça, de ouvir as sugestões que vocês porventura tenham e tentar implementar novas iniciativas, de modo que cada um que tenha disposição em desenvolver uma atividade, em abrir uma nova frente de trabalho, possa encontrar espaço e condições para fazê-lo. Acho que estas eram as palavras que eu podia dirigir a todos na abertura do Seminário. Eu espero que todos tenham aqui uma boa experiência, que possam participar de um grande evento. Tenho certeza de que os painéis serão bastante interessantes e gostaria de convidar a Dra. Elizabeth Farina, que nos deu uma grande contribuição aqui ao vir apresentar o trabalho do último ano, tal como fez no último seminário.

Então, agradeço a todos e passo a palavra à Dra. Elizabeth. Obrigado.

### ■ Elizabeth Farina

Bom dia. Eu pedi 10 minutos para mostrar a vocês o que estamos fazendo lá no Cade, desde que nós chegamos lá. Todos os conselheiros que estão no Cade chegaram em agosto de 2004. Então, eu achei importante fazer esta prestação de contas, porque esta é uma reunião já muito tradicional da comunidade que milita na área de concorrência. E como no ano passado eu tive a oportunidade de falar um pouco sobre o que nós queríamos fazer, achei que este seria um bom momento para avaliar o que nós conseguimos e não conseguimos fazer. Estou indo direto ao ponto, sem fazer aqueles prolegômenos habituais, porque eu prometi que eu ia tomar apenas 10 minutos.

Bem, eu trouxe para vocês verem a evolução do fluxo de processos no Cade, de agosto de 2004 a outubro de 2005. Como vocês podem ver, as faixas verdes representam o número de julgados, e as faixas azuis, o número de processos distribuídos. Portanto, foi feito um esforço no sentido de abater o estoque de processos que estavam dentro do Cade. De 2000 a 2005, nós fizemos um levantamento do estoque de passagens (aqueles que atuam na área agrícola sabem do que estou falando: estoque

de passagem são aqueles processos que foram distribuídos, não julgados, e que passaram para o ano seguinte etc.). Então, a faixa amarela é o estoque de passagem, a faixa azul é o distribuído, e a verde é o julgado. Dessa maneira conseguimos, portanto, estimar o número de processos em tramitação no Cade ano a ano. Então, estamos falando de algo em torno de 1.200 processos por ano, o que é um número elevado se comparado a agências internacionais. Até outubro de 2005 passaram pelo Cade 836 processos. Este era um dos objetivos que nós tínhamos que eu acho que foi cumprido. Além disso, analisando agora apenas atos de concentração – aquele conjunto mostrava em todos os julgados – só em 2004 nós temos 651 julgamentos reduzindo estoque, porque foram distribuídos 517 processos, e em 2005 (até outubro), 470 julgados *versus* 342 processos. É interessante observar o que aconteceu com a linha vermelha em Brasília: houve uma redução do número de dias que o processo passa no Cade. Então, tínhamos anteriormente um número entre 87 e 85, um pico em 2004, que representa inclusive a retirada de vários processos das gavetas e dos armários, e essa média de dias cai em 2005.

Mas o que é mais interessante de observar, que a média mais esconde do que mostra, é que 55% dos processos do Cade hoje relativos a atos de concentração – estes são dados de 2005 – ficam menos do que 60 dias dentro do Cade. Então, se vocês observarem, a ocorrência mais freqüente é a de 60 dias, com 193 processos; e passam no Cade mais do que 90 dias e mais do que 180 dias menos de 10% – na verdade, 5% dos processos passam lá mais do que 6 meses. Há 2 ou 3 processos que estão lá há 2 anos e meio ou mais, e isso significa que nós estamos de novo abatendo o estoque.

Estes gráficos mostram o que aconteceu com a alteração de entendimento a respeito do critério de apresentação dos atos de concentração, que foi uma decisão tomada em janeiro de 2005 e que determinou que a submissão dos atos de concentração em relação ao faturamento das empresas se referia ao território brasileiro, e não ao planeta. O que aconteceu, então, foi que um número grande de atos de concentração não foi conhecido pelo plenário, e este gráfico de cima mostra isso: o vermelho são os atos de concentração que foram analisados, e o azul aqueles que não foram conhecidos.

Claro que o aprendizado foi rápido, e o número de atos de concentração submetidos se reduziu, que era exatamente o objetivo: não ficar usando os

parcos recursos humanos que nós temos com processos que não têm nenhum impacto sobre a concorrência.

Outra coisa importante foi a adoção dos ritos sumários. E como vocês podem ver nestes gráficos de 2004 e 2005, os ritos sumários representam mais de 70% dos atos de concentração que chegam ao Cade. Estes gráficos mostram a evolução: o amarelo são os atos de concentração em procedimento normal e o verde os que passam em rito sumário. Então, o rito sumário começa lá na SEAE/SDE, e dentro do Cade também há rito sumário, o que é em parte responsável por aquela redução do tempo médio de julgamento dos casos. Vejam que – apenas para apimentar a discussão sobre o projeto de lei –, se nós tivéssemos um critério como previsto no projeto de lei de analisar apenas os casos que têm impacto sobre a concorrência de maneira claríssima, desde o momento em que chegam ao sistema, nós estaríamos analisando em profundidade 30% dos casos que chegam hoje ao Cade.

\*Estes são os números dos processos administrativos, que mostram também duas coisas: primeiro, uma limpeza de gavetas que ocorreu na SDE, e esta barra azul gigante de distribuição de processos administrativos mostra isso, não que em 2003 todo mundo resolveu praticar crimes contra a ordem econômica – eram processos que estavam em estoque dentro da SDE e então houve uma limpeza de gavetas e armários que tende a se reduzir, obviamente. Amanhã a SDE terá a oportunidade de mostrar com mais detalhes esses números. Vocês notarão uma diferença entre os nossos números no último ano e o deles, porque há várias coisas aí: uma delas é que casos que chegaram quando estávamos perdendo *quorum* não foram distribuídos, dado que nós já havíamos recebido a notícia de que rapidamente iríamos recompor o *quorum*, como de fato está ocorrendo. Mas, de qualquer maneira, o que ser observa é que nós temos por volta de uma centena de casos que chegaram da SDE entre 2003 e 2005 e um número importante de julgamentos, especialmente em 2005, em que julgamos 61 atos de processos administrativos, o que – novamente friso – é um esforço no sentido de abrir todos os armários, gavetas, tirar todos os cadáveres e dar andamento aos processos, o que significa que daqui para frente há uma tendência a ter um processo normal de distribuição e julgamento. Isso ocorre também nas averiguações preliminares, desovadas da SDE aqui em 2003, e então começou um processo importante de limpar o estoque no Cade, que é o natural. Bem, isso é o que aconteceu com os

processos, que é a área finalística do órgão, mas há algo que é importante também ver, que é o que aconteceu com o Cade na mídia.

Eu acho que houve um tratamento muito bom da mídia em relação ao sistema, com críticas, é óbvio. Mas foi muito freqüente a nossa exposição na mídia, e que eu acho importante, porque faz parte da advocacia da concorrência, da divulgação do trabalho do órgão e de uma discussão sobre as decisões. Então, eu queria mostrar esses dados para vocês terem uma idéia do que anda acontecendo nessa área.

E o que anda acontecendo na área administrativa? Algumas coisas simples que ajudam muito: a informatização das sessões do plenário. E a partir disso fizemos então uma estimativa de quantas cópias nós deixamos de fazer no Cade só porque informatizamos a sessão plenária. Essa estimativa está no primeiro gráfico, que mostra que nós economizamos 510 mil cópias: é bom fazer esses cálculos porque não temos idéia dos valores; se compararmos os períodos de julho de 2003 a agosto de 2004 com setembro de 2004 a outubro de 2005, que neste caso é o que de fato ocorreu, e não uma estimativa, houve uma redução de 75% no número de cópias, com uma economia de 216 mil cópias. Então, estamos falando de muito trabalho: de pessoas que tiram cópias e de recursos financeiros o uso dos recursos públicos, das taxas que os clientes pagam.

Nós tivemos várias ações na área internacional, como eu já havia apresentado aqui o ano passado. Nós queríamos ter uma presença mais constante, mais regular na área internacional, e eu selecionei – embora muitas coisas tenham ocorrido no plano internacional – as duas que eu considero as mais importantes, que foram as atuações na OCDE.

O Cade – não estou falando do sistema, que já fazia isso antes – apresentou contribuições escritas em todas as reuniões da OCDE de 2004 e 2005. O sistema passou, como vocês sabem, por uma revisão pelos pares também nesse período, o que exigiu um esforço gigante de cada uma das partes do sistema, dado que as nossas estatísticas e o nosso banco de dados são paupérrimos.

E, em segundo lugar, a preservação da condição de observador na OCDE, no Comitê de Concorrência, que foi algo muito importante que nós obtivemos, porque corríamos de fato o risco de não permanecer como observador, na medida em que os países do Leste europeu, que estão adotando

leis de concorrência, gostariam de participar como observadores e também outros países importantes como a China etc.

Então, nem todos os candidatos a observador foram mantidos, houve alguns novos, e nós conseguimos preservar essa condição de bastidor, pois ficamos em primeiro lugar entre os proponentes a observador, justamente pela mostra de comprometimento, de participação nas reuniões, de contribuições etc.

O outro foro importante de que nos participamos foi a International Competition Network. O Cade substituiu a SEAE como *co-chair* no grupo de implementação de políticas de concorrência (o CPI).

O Dr. Elcio, exatamente porque a SEAE pretende se voltar mais para a área de regulação do que a de concorrência, achou que era importante essa transição, então nós passamos a representar o sistema nesse grupo, e lideramos, literalmente, dentro desse grupo de implementação de políticas públicas, juntamente com o Chile, um subgrupo que discute a advocacia da concorrência no Judiciário.

Aqui temos o Dr. Luciano Godoy. O que nós vamos fazer, Dr. Luciano, que foi aprovado a duras penas nessa comunidade da International Competition Network, é um mapeamento, um diagnóstico do que acontece entre os tribunais administrativos e o Judiciário nas jurisdições jovens. Nós faremos a apresentação disso em maio, na África do Sul, na reunião da ICN. E quem ficou responsável por isso foi a Beatriz Soares, dentro da área internacional, que é liderada pela Patrícia Agra Araújo. E vocês não imaginam o número de horas que isso ocupa.

Claro que não conseguimos fazer tudo o que queríamos. Primeiramente, acho que falta completar: o Rodrigo Surkam já fez um esforço muito grande juntamente com a Sílvia e o pessoal da secretaria processual para melhorar o funcionamento e implantar de fato uma secretaria processual no Cade, que foi algo que eu comentei o ano passado; ela não está completa, mas está avançando.

A organização da biblioteca: quando eu cheguei lá era uma biblioteca de prateleiras vazias, agora já temos uma centena de livros. E há mais uma centena que está para chegar, mas está longe de ser o suficiente, pois precisamos ter acesso a periódicos internacionais – é uma dificuldade assinar periódicos dentro da Administração Pública.

A revista do Cade está sofrendo uma reestruturação; temos um novo editor-chefe, que é o Conselheiro Prado, que terá a oportunidade de falar hoje sobre a revista e fazer um pouco de propaganda, para que vocês submetam artigos à revista. Esta é uma reestruturação importante, porque não queremos uma revista chapa branca; queremos uma revista que de fato discuta o conteúdo, as questões relevantes de concorrência dentro de critérios científicos de discussão, e que isso seja reconhecido pela Capes para que todos que façam cursos de Pós-graduação ou dêem aulas etc. recebam o retorno da avaliação da Capes.

A advocacia da concorrência junto ao Judiciário, ao Ministério Público e ao Legislativo foi algo que iniciamos, mas que está longe ainda do desejável – o Dr. Luciano Godoy nos tem ajudado muito, tem convidado com frequência o Cade a participar dessas reuniões, e nós agradecemos muito, porque é uma área que de fato reputamos muito importante da nossa área de advocacia, assim como o Dr. Elaeres e o Dr. Aurélio Rios na área do Ministério Público.

Algo que não conseguimos fazer: a estrutura permanente de pessoal treinado. Nós continuamos com os nossos temporários, mas já temos alguns selecionados no concurso de gestores. Então, quanto a isso, há uma luz no fim do túnel.

A informatização dos processos não melhorou nada. Quando eu cheguei ao Cade já existia um projeto aprovado do Banco Mundial, que até agora não conseguimos obter o dinheiro, portanto isso está parado. Mas vai ter que andar.

A organização da jurisprudência do Cade: há tudo para se fazer ainda, com acesso eletrônico de pesquisa etc., que está ainda em nosso planejamento, e nós vamos conseguir pelo menos dar início a ele para que depois seja desenvolvido.

E uma coisa importante que nós não conseguimos ainda fazer – até porque é complexo – foi reformular nosso Regimento, que é no mínimo franciscano. Nós temos que fazer uma reforma do nosso Regimento. O Rodrigo e a equipe dele estão trabalhando bastante nisso, mas enfim: são poucas pessoas e muitos pratos para girar. De fato, isso é algo que está ainda em nosso “jarro de tarefas” – quem leu Garfield sabe do que estou falando.

Eram essas então as coisas que eu tinha para apresentar a vocês. Eu agradeço muito o espaço nesta abertura que a Presidência do Ibrac me concedeu. Acho que este é um momento de prestar contas, de alguma maneira, do que as pessoas que estão nos órgãos públicos estão fazendo em benefício da área de concorrência. Obrigada.

# Conselho Administrativo de Defesa Econômica

## Balanço 2004/2005

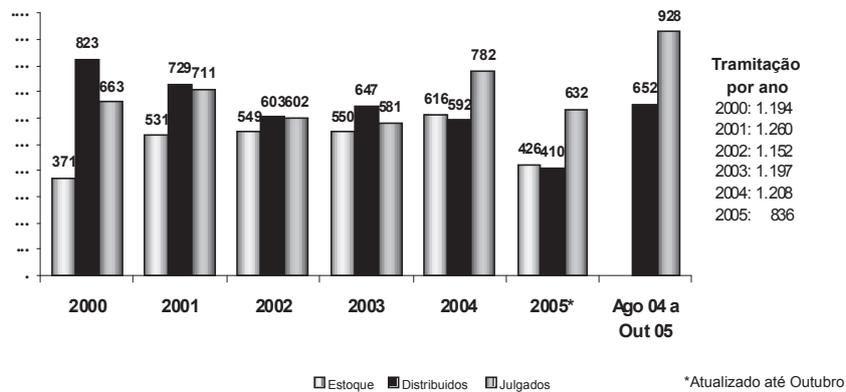


Elizabeth M. M. Q. Farina - Presidente do CADE

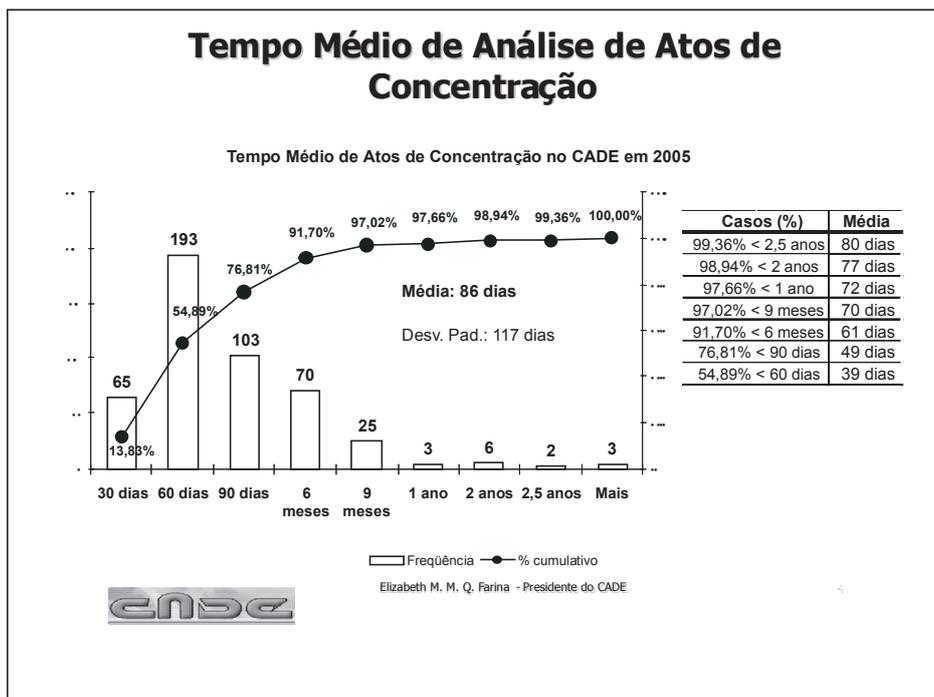
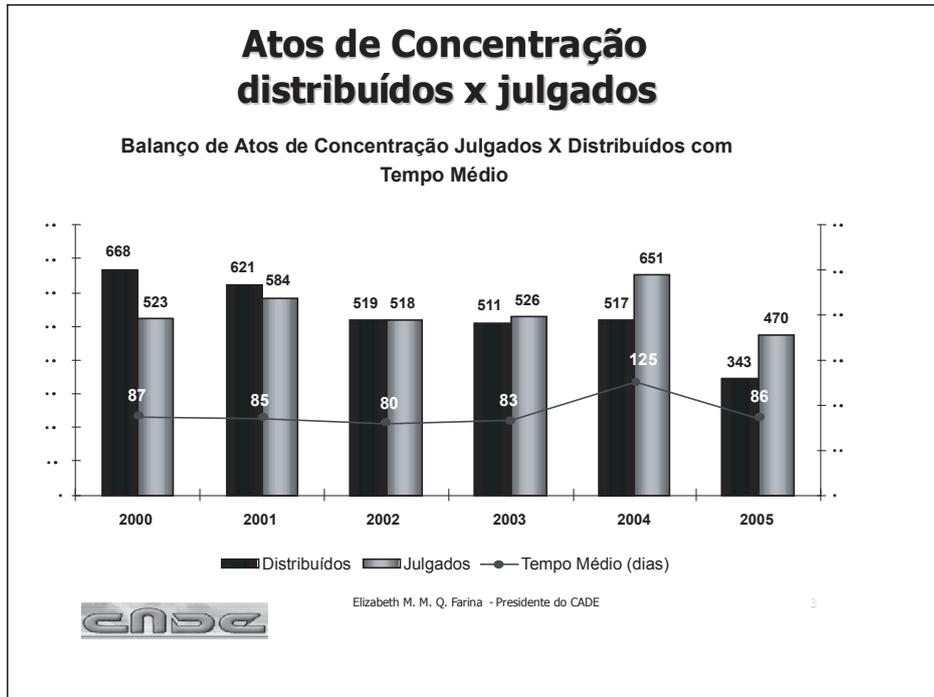
1

## Fluxo de Processos no CADE

Evolução dos Processos Julgados X Distribuídos com Estoque no CADE

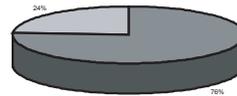
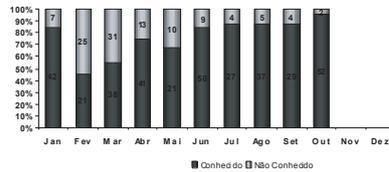


Elizabeth M. M. Q. Farina - Presidente do CADE

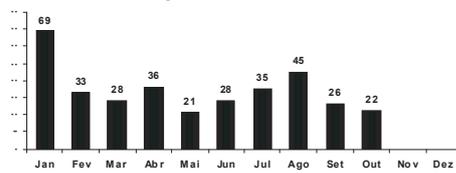


## Alteração na interpretação do critério de faturamento - 2005

Alteração da Interpretação do Conhecimento dos AC's no CADE



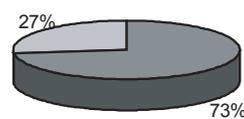
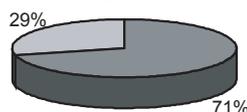
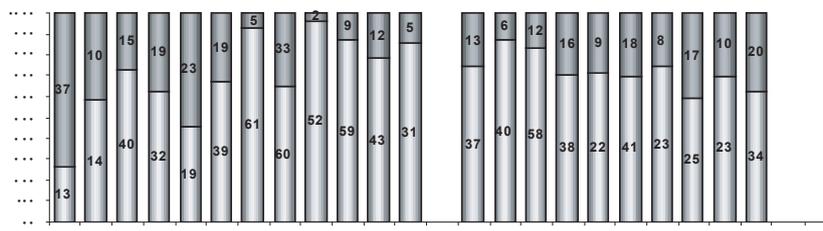
Atos de Concentração distribuídos em 2005



Elizabeth M. M. Q. Farina - Presidente do CADE

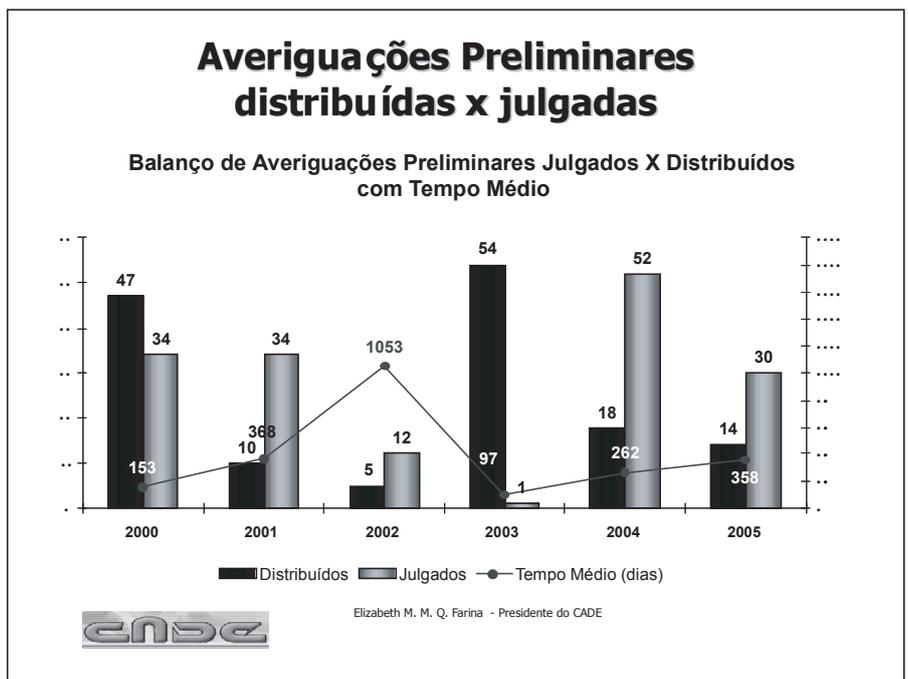
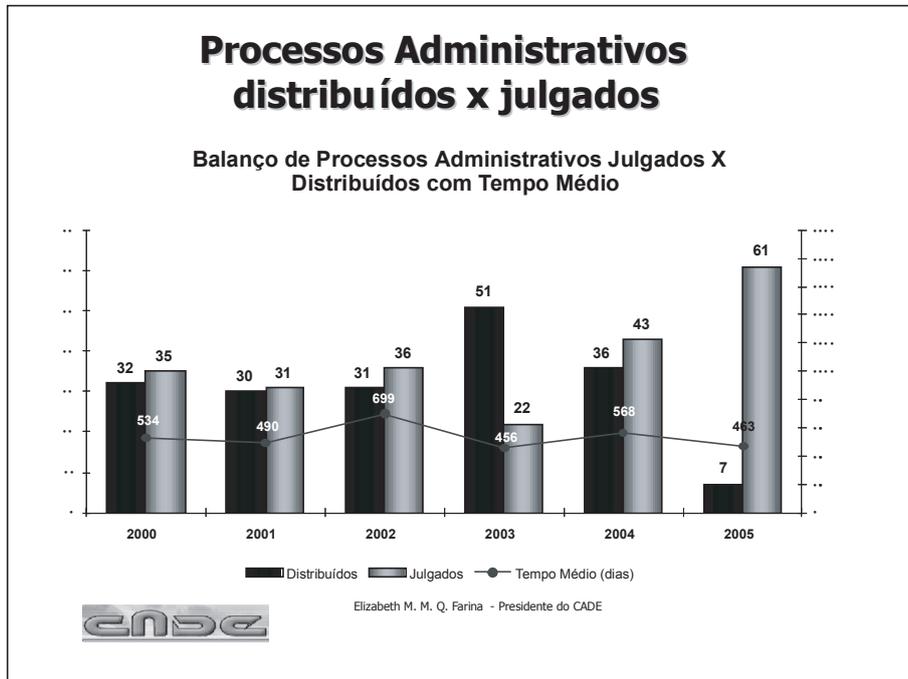
## Adoção do Procedimento Sumário

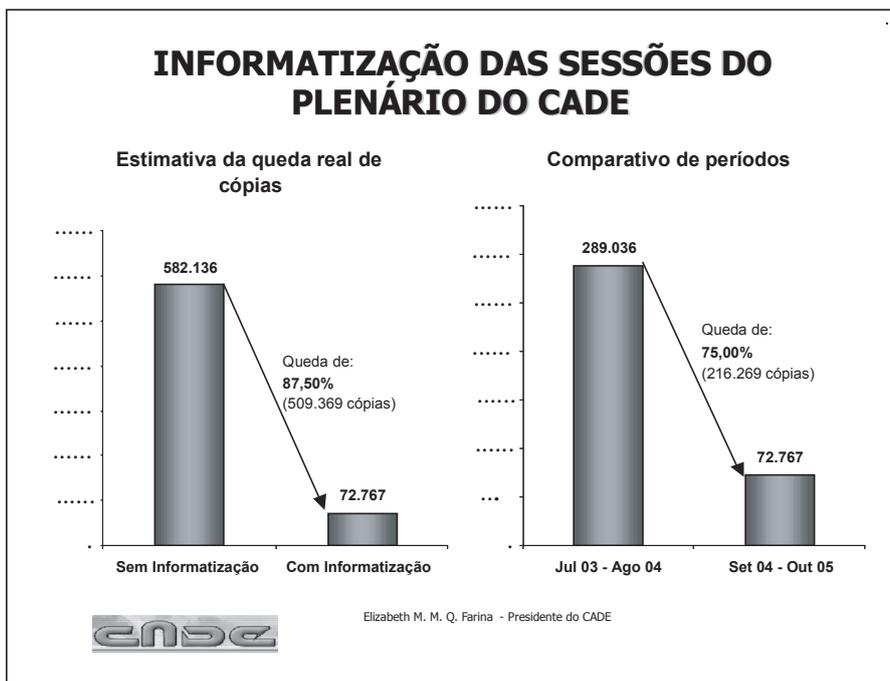
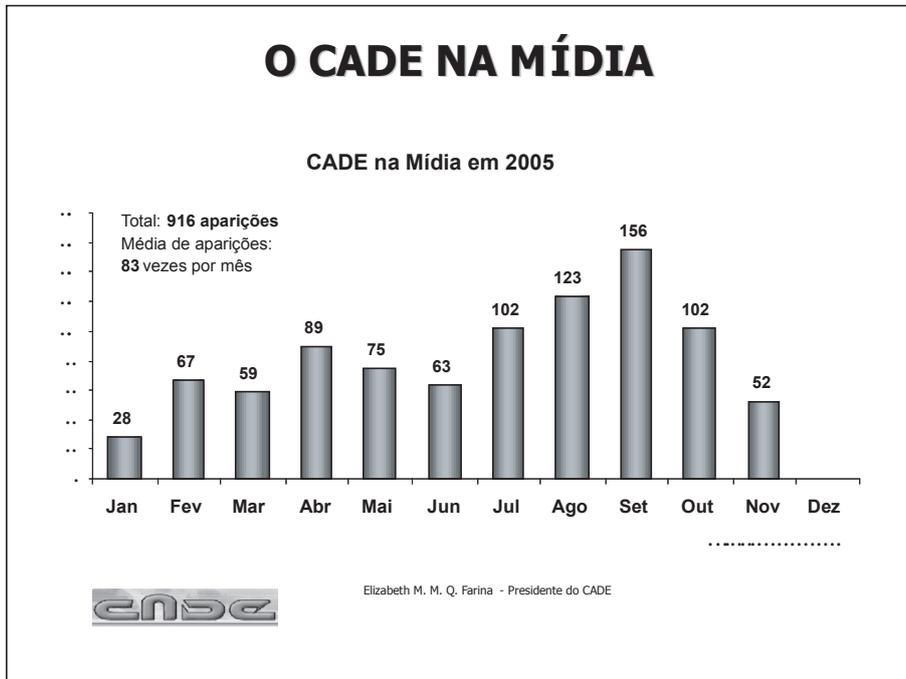
Tipo de Julgamento dos AC's no CADE em 2005



Elizabeth M. M. Q. Farina - Presidente do CADE

■ Rito Sumário ■ Outros





## Área Internacional

- OCDE
  - Contribuições escritas em todas as reuniões de 2004/2005
  - *Peer Review*
  - Preservação da condição de observador
- ICN
  - *Co-chair* do grupo de implementação de políticas de concorrência
  - *Co-chair* do sub-grupo de Advocacia da Concorrência no Judiciário



Elizabeth M. M. Q. Farina - Presidente do CADE

## O que falta fazer ou completar

- Implantação completa da secretaria processual
- Organização da biblioteca e acesso a periódicos internacionais
- Revista do Cade – reestruturação
- Advocacia da concorrência junto ao Judiciário, Ministério Público e Legislativo
- Estrutura permanente de pessoal treinado
- Informatização dos processos
- Organização da jurisprudência e acesso eletrônico



Elizabeth M. M. Q. Farina - Presidente do CADE

